

Securitização, Vigilância e Silenciamento das Resistências: os casos Maré Vive e a Intervenção Federal

Cleyton Costa Lima¹

Resumo

O governo brasileiro investiu milhões de dólares em tecnologias de segurança no período da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, e as manteve ativas defendendo o seu uso no combate ao narcotráfico e ao crime organizado. O argumento dos governantes ao apontar os narcotraficantes como ameaças diretas à estabilidade do Estado legitima o uso de óculos de reconhecimento facial, drones, CFTVs, vigilância de redes sociais e outras tecnologias como método de combate. Contudo, observa-se que os alvos desses equipamentos não são os criminosos, mas principalmente ativistas e seus grupos, que realizam diversas críticas as práticas policiais a partir do caso Maré Vive, caracterizado por uma disputa de narrativa entre a Polícia Militar do Rio de Janeiro e moradores da Maré, e do caso do fichamento de moradores de favelas por parte do Exército Brasileiro, oferecendo uma ameaça indireta a pessoas que denunciariam as violações por parte dos agentes de segurança. Dessa forma, este artigo busca apresentar, através de estudos de caso e da Teoria da Vigilância de Kevin Haggerty, de que forma tais tecnologias estão sendo mobilizadas para o controle e encolhimento dos espaços dos defensores de direitos humanos, e legalizadas sob um argumento securitizante de combate ao crime organizado. Além disso, o artigo apresenta medidas de respostas promovidas pelas comunidades frente a tais práticas de silenciamento, como o desenvolvimento de aplicativos de denúncia e o uso da mídia alternativa para apresentar perspectivas alternativas àquelas apresentadas pelo Estado e pela imprensa tradicional.

Palavras-chave: vigilância – favelas – resistências - Rio de Janeiro.

Summary

The Brazilian government invested millions of dollars in security technologies during the World Cup and Olympic Games and kept them active defending their use in the fight against drug trafficking and organized crime. The government's argument in pointing out drug traffickers as direct threats to state stability legitimizes the use of facial recognition glasses, drones, CCTVs, social media surveillance and other technologies as a method of combat. However, it is observed that the targets of these equipment are not criminals, but mainly activists

¹ Cleyton Costa Lima é graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e *Child and Youth Advisor Committee Member* na *International and Canadian Child Rights Partnership*. Email: lima.costa.cleyton@gmail.com

and their groups, who carry out various criticisms of police practices as in the case of Maré Vive, characterized by a narrative dispute between the Military Police of Rio de Janeiro and residents of Maré, and the case of the registration of slum residents by the Brazilian Army, offering an indirect threat to people who would denounce the violations by security agents. Thus, this article seeks to present, through case studies and Kevin Haggerty's Surveillance Theory, how such technologies are being mobilized to control and shrink the spaces of human rights defenders, legalized under a securitizing argument to combat organized crime. In addition, the article presents measures of responses promoted by communities in the face of such silencing practices, such as the development of denounces applications and the use of alternative media to present different perspectives those presented by the state and the traditional press.

Keywords: surveillance - favelas - resistances - Rio de Janeiro.

Introdução

O uso de drones, óculos e câmeras de reconhecimento facial, observação de redes sociais e mensageiros eletrônicos são novos equipamentos utilizados pelas forças de segurança de todo o mundo dentro das últimas décadas. No caso brasileiro, tais tecnologias passam a ser utilizadas principalmente no contexto dos dois megaeventos ocorridos na década de 2010: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016. Este último evento em especial teve cerca de 85 mil agentes de segurança deslocados, o dobro do utilizado nas Olimpíadas de Londres, em 2012 (HYDE, 2016).

Junto a esse grande contingente, um grande investimento em tecnologia foi feito para a segurança desses eventos. Apenas na Copa do Mundo, 13 milhões de óculos de reconhecimento facial - com capacidade de processar 400 faces por segundo e verificar grandes bancos de dados - foram comprados pelo governo brasileiro para compor o equipamento utilizado pelos policiais que patrulhavam as áreas de competição (HYDE, 2014). Outro equipamento adquirido é o Hermes 900, um drone para “missões de dominação de área, inteligência persistente, vigilância, reconhecimento e localização de alvos” durante até 36 horas seguidas, capaz de monitorar uma área de 100 quilômetros quadrados, identificar placas de veículos e até rostos a 9 quilômetros de distância. Esses equipamentos, somados aos Centros Integrados de Comando e Controle (CICC), que são bases de vigilância e tomada de decisão que reúnem policiais, militares, agentes de inteligência com quase 4000 câmeras em seu aparato (KAYYALI, s.d).

Todos esses equipamentos foram comprados para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, mas esses materiais continuam sendo utilizados, de distintas

formas pelas forças de segurança ao redor do Brasil. No caso do Rio de Janeiro, um dos principais “inimigos” criados pelo Estado é o narcotráfico, que está inserido dentro das favelas. Por essa razão, o governo desenvolve discursos que apontam esses locais como zonas de conflito e violência indiscriminada, onde estariam os narcotraficantes, permitindo a tomada de medidas de exceção; dentre elas, a aplicação de tecnologias de vigilância para acompanhar os movimentos locais.

Grande parte dessas medidas de exceção são denunciadas por diversos atores, organizações e pessoas. Com o advento da Internet, tais denúncias passam a ser mais evidentes e mais divulgadas: sites como o Rio on Watch, de coletivos como o Maré Vive, de movimentos sociais como os das ocupações nas escolas e outros protestos já utilizam as redes sociais como forma de organização e divulgação de suas ideias e valores. Entretanto, medidas de exceção passam a retirar os narcotraficantes do alvo e os movimentos locais de resistência e denúncia passam a sofrer os impactos dessas práticas.

Dessa forma, o presente artigo busca compreender de que forma as forças militares e policiais utilizam-se das novas tecnologias para práticas de silenciamento das resistências locais, a partir dos casos Maré Vive e d1a intervenção federal de 2018. Para isso, o artigo se divide em seis partes: na primeira, há o desenvolvimento da ideia de como os governantes constroem a ideia do narcotráfico como um problema e uma ameaça a sobrevivência do Estado, o que legitima suas práticas excepcionais; na segunda, há uma breve introdução sobre a ideia das novas tecnologias, a partir da Teoria da Vigilância, e como isso se torna uma arma para as forças militares contra possíveis opositores e “adversários”; na terceira, há o desenvolvimento do caso do coletivo Maré Vive, que é um exemplo notável sobre como a questão das novas tecnologias são utilizadas para silenciar resistências internas; na quarta, o estudo avança para o caso recente de fichamento de moradores de favelas pelo Exército Brasileiro no contexto de intervenção federal em 2018, um preocupante exemplo de silenciamento pela ameaça; em quinto, apresenta-se respostas produzidas e promovidas pelas comunidades para permanecer resistindo e lutando pelo seu direito de fala e de reclamar seus direitos humanos; por fim, tecerei algumas conclusões e apresentarei alguns questionamentos que são importantes para pensar qual o papel dessas tecnologias para as resistências internas, e como utilizá-las de forma democrática.

Estado no combate ao Narcotráfico: a Favela como campo de batalha

A questão do narcotráfico no Rio de Janeiro não é algo recente. Segundo Souza (1996), desde a primeira metade do século XX, o tráfico de drogas já existia, mas possuía características que lhe conferiam baixo impacto social: a principal droga comercializada era a maconha, de baixa lucratividade, e o armamento utilizado para proteger tal narcótico eram as armas leves, principalmente os revólveres. Além disso, o comércio desses entorpecentes era feito nas áreas mais marginais da cidade, como as favelas e bairros populares, passando a serem consumidas pelas camadas mais pobres.

A década de 1980 é característica por realizar uma profunda mudança no comércio de drogas, a partir de um processo de maior acesso à cocaína, que antes era restrita a população mais rica, e que passa a também ser consumida pelas camadas de menor renda da sociedade (MARINO, 2001). Como a cocaína é reconhecida por ter alta lucratividade, os conflitos pelo controle dos pontos de venda e produção passam a ser mais frequentes e cada vez mais violentos, com a substituição os revólveres por fuzis e outras armas de calibre mais pesado. Esse processo de “democratização” é originário da grande produção da droga na Colômbia, o que permitia a importação fácil, a queda dos preços e o aumento dos pontos de comércio.

Além disso, cabe destacar o surgimento de facções criminosas com profundo caráter ideológico. Durante a ditadura militar, o Estado possuía uma política de igualdade entre presos políticos e presos comuns, visando o esvaziamento das práticas dos presos políticos. Entretanto, isso teve um efeito oposto ao esperado: os presos comuns passaram a se organizar com base nas lógicas de coletividade dentro dos presídios a partir das sugestões dos presos políticos. Dessa forma, surgem no Brasil as duas principais facções criminosas de hoje: o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho.

Essa segunda, em especial, passa a ser profundamente presente no Rio de Janeiro, passando a comandar grande parte das favelas na cidade, salvo aquelas controladas por grupos dissidentes. Com a saída dos criminosos das cadeias, eles continuam a cometer suas atividades anteriores à prisão, mas agora buscam se manter dentro das favelas, parte devido a maior segurança e proteção dentro da comunidade, parte devido a uma relação de ajuda mútua com os moradores. Dessa forma, o narcotráfico se torna um crime profundamente organizado no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que a favela passa a ter uma nova “identidade” dentro da relação entre indivíduo-comunidade: o que outrora era

visto como o local sujo, pobre e dependente da caridade das elites (principalmente religiosas) passa a ser visto como o local onde os criminosos e seus cúmplices vivem, permitindo que o Estado tome medidas diferentes daquelas que seriam feitas fora da favela, intensificando as práticas de violência armada e não-armada.

Tal mudança de paradigma pode ser compreendida a partir dos processos de securitização das comunidades, tornando-as locais de exceção, ou seja, a violação de direitos básicos e a política de eliminação de corpos podem ser executadas livremente. Essa securitização, conforme define Balzacq (2011) é:

o conjunto de práticas mobilizadas por um ator securitizador, que busca construir uma rede coerente de implicações sobre uma vulnerabilidade crítica de um ator referente, permitindo que sejam tomadas medidas críticas e fora do padrão para combater tal vulnerabilidade (BALZACQ, 2011, p.3).

Buzan & Weaver (1998) acrescentam que a ideia de que apenas um discurso não produz securitização, mas sim a sua aceitação por parte da audiência. Isso permite compreender por que diversas práticas de criminalização da favela a partir do narcotráfico são realizadas, com o objetivo de convencer a população e legitimar a aplicação da violência do Estado dentro desses territórios, dado que os criminosos estão dentro das favelas, seja como membros de facções criminosas, seja como clientes do narcotráfico. Para isso, essa securitização precisa ser alcançada através de casos reais de ameaças existenciais que legitimem a prática excepcional por parte do Estado.

Existem diversos fatores para a criação dessa legitimidade. O aumento nos índices de criminalidade e pequenos delitos dentro da cidade, o aumento do roubo e furto, dentre outros fatores produzem sensação de medo e terror por parte da população, que passa a se fechar e se proteger constantemente. Um exemplo disso são alguns condomínios residenciais na Barra da Tijuca, que são totalmente fechados, possuem guardas e seguranças, câmeras de vigilância e outros diversos aparelhos, todos com a intencionalidade de oferecer certo grau de “segurança” aos seus residentes. Contudo, nem todos são capazes de investir tudo isso em sua segurança, intensificando uma sensação de terror dentro da população.

Outro fato que expressa tal insegurança são os dados estatísticos oferecidos pela Onde Tem Tiroteio - Brasil (OTT). A OTT é uma plataforma coletiva de denúncia e aviso de casos de trocas de tiros ou disparos efetuados em determinados bairros do Estado do Rio de Janeiro. Segundo eles, apenas nos últimos 7 meses de 2019, mais de 3500 tiroteios foram detectados (OTT, 2019), tendo como maioria os meses de maio e março. Cabe reconhecer também que

esse valor já é o equivalente a todos os casos de tiroteios reportados em 2018 no Rio de Janeiro, mas abaixo de 2017 que possui mais de 5.100 casos detectados. Isso, por consequência, gera profundo receio na população, que sai de casa temendo estar envolvida em um tiroteio, e correndo risco de vida. Por conta disso, a população passa a exigir do Estado ações mais incisivas para a garantia de sua segurança.

Nesse sentido, o Estado e seus governantes tomam um papel de ator securitizador, ou seja, aquele que realiza o ato de fala securitizador. (BUZAN & WEAVER, 1998). As falas dos últimos prefeitos e governadores, em especial a do atual governador Wilson Witzel apontam isso com grande clareza:

Criminosos assumiram pelo poder das armas o domínio de porções do nosso território, trazendo a desgraça e a desordem. Vamos reorganizar as estruturas policiais para serem capazes de investigar e prender aqueles que comandam o crime organizado e fazem da lavagem de dinheiro a fonte que abastece o comércio de drogas, armas e a desgraça e o câncer da corrupção (...) não permitirei a continuidade desse poder paralelo (...) São narcoterroristas. Como terroristas serão tratados (JORNAL DO COMERCIO, 2019).

A partir de falas como as de Witzel, e acompanhando o profundo temor popular da violência e da falta de segurança pública, tais indivíduos possuem salvo-conduto para executar diversas práticas excepcionais dentro das comunidades, sob essa lógica de combate ao narcotráfico. Cabe reconhecer que muitas dessas práticas já eram executadas anteriormente, mas, nesse cenário, tais medidas são vistas como um mal necessário: não há problema em realizar disparos dentro de um helicóptero em casas de civis, desde que a criminalidade seja reduzida; não há problema em permitir disparos de atiradores de elite em indivíduos a distância, desde que sejam ‘criminosos’.

Novas tecnologias vêm sendo empreendidas para o domínio, controle, punição e até aniquilação destes indivíduos, como os veículos aéreos não tripulados, as câmeras de vigilância, a biometria e o controle das redes sociais, sendo aceitas pela população como uma importante ferramenta para a garantia da segurança pública, retirando o elemento político e humano da zona de conflito substituindo-os pela tecnicidade e suposta neutralidade das tecnologias de vigilância. E os seus alvos são as moradoras de comunidade, em especial as pessoas negras que são maioria populacional nestes lugares. É possível observar conexões entre o racismo institucional destes agentes de segurança e o uso de novas tecnologias², assim como a questão do encarceramento em massa e a

² Para mais informações sobre esse debate, indico o relatório da Eletronic Frontier Foundation (2020) sobre o uso de tecnologias de reconhecimento facial nos Estados Unidos e o artigo de

criminalização das drogas, contudo, é necessário uma análise que vai além do escopo deste artigo, dado que ela deve ser feita de forma mais profunda.

Tecnologias de Vigilância e Controle Populacional

Um dos autores mais proeminentes na questão das tecnologias de vigilância é o francês Michel Foucault. Em uma de suas obras mais reconhecidas, *Vigiar e Punir*, Foucault utiliza a ideia de Bentham para compreender os processos de vigilância e punição dentro da sociedade, em especial dentro de prisões, escolas, igrejas e outras instituições: o panóptico. Esse mecanismo é caracterizado por ser uma construção em formato de anel nas áreas periféricas, e uma torre com longas janelas que atravessam toda a construção (FOUCAULT, 1999). Essa torre central é capaz de observar tudo que acontece nas áreas periféricas, enquanto aqueles que estão na periferia não são capazes de observar o que a torre central está fazendo.

Essa exposição no caso das prisões, segundo Foucault, evitaria a formação de pequenos grupos e “massas compactas”. Nesse sentido, quando todos estão isolados e observados, a chance de rebelião e fuga das punições se tornam quase nulas, e todos são capazes de cumprir suas funções de forma coletiva, sem considerar questões individuais, que são abolidas. Dessa forma, o detento/o estudante/o operário viveria em um estado de constante vigilância, sem saber se realmente está sendo vigiado por alguém ou não (FOUCAULT, 1999).

Esse conceito foi profundamente relevante para os estudos de vigilância até a atualidade. Diversos autores utilizam-se das contribuições foucaultianas para desenvolver suas próprias; estes são chamados de pós panópticos e observam que esse panóptico hoje toma diversas formas a partir das novas tecnologias de vigilância: alguns vão identificar elementos do panóptico em arranjos de vigilância, outros que destacam as ambições dos governantes e dos atores de vigilância a partir da digitalização dos processos, sob a ótica da “datavigilância” (HAGGERTHY, 2009).

Para Foucault, a vigilância a partir do panóptico oferecia um caráter de “preparação da alma” de transformação de indivíduos e, principalmente, a indução do detento um estado de consciência e visibilidade permanente de estar sendo vigiado por alguém (FOUCAULT, 1999). Entretanto, com os processos da globalização no final do século XX e início do século XXI, o “panóptico” passou a

Gustavo Rodrigues (2019) sobre o uso do reconhecimento facial automatizado na segurança pública do Rio de Janeiro e em Salvador.

ter uma função diferente: agora ele também está sendo utilizado em diversos projetos, desde entretenimento (como os *reality shows*), saúde ou até para conquistas militares. Agora, a vigilância não estaria apenas apontada para os desviantes, mas para todos os indivíduos, independente de seus padrões de vida (HAGGERTY, 2009).

Cabe destacar também que não apenas as suas funções são importantes de serem compreendidas, mas também quem realiza essa vigilância. No modelo panóptico, os responsáveis por isso são as lideranças do local, ou seja, agentes penitenciários, professores, diretores, gerentes e donos de fábrica, por exemplo. Hoje, a facilidade em promover vigilância é profundamente grande, a ponto que qualquer pessoa com um drone ou outra nova tecnologia semelhante é capaz de observar o que está acontecendo em qualquer local (HAGGERTY, 2009). Dessa forma, é importante compreender que a atuação da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) ao utilizar uma das novas tecnologias terá propósito distinto de uma outra organização como a Médicos Sem Fronteiras, por exemplo.

Esses elementos influenciam notadamente o caso brasileiro, quando se trata de segurança pública. Diversas novas tecnologias foram criadas, desenvolvidas, pensadas e executadas no Brasil e aplicadas principalmente nas comunidades, pois lá está o lugar do narcotraficante que precisa ser retirado da sociedade. A partir desse momento, se reconhece que há o reconhecimento público e que um determinado local pode ser intervisto de forma agressiva e impositiva, desde que isso reduza os sinais da criminalidade e das drogas. Nesse sentido Bigo (2009) contribui apontando como os Estados Unidos, adere a uma prática securitizante após um grande choque para os EUA no 9/11. Outro exemplo são os casos do desenvolvimento crescente de meios de segurança dentro do território da União Europeia, que busca gerar impeditivos para refugiados. Bigo aponta que, principalmente após o 11 de Setembro, as pessoas não temiam a perda de sua soberania e liberdade, mas temiam a perda da sua segurança. (BIGO, 2009) Por essa razão, alguns autores sustentam o argumento que, após crises desse gênero, a demanda por maior proteção aumenta, permitindo que práticas excepcionais sejam realizadas para combater essas situações.

No Brasil isso não é diferente. Hoje, com as redes sociais, os smartphones e seus aplicativos, as informações correm com muito mais facilidade, independente de sua veracidade ou não. Nesse sentido, perfis de Facebook de bairro³ e aplicativos de segurança como o Fogo Cruzado se tornam ferramentas

³ Por exemplo, a página Alerta Leblon.

positivas ou negativas: ao mesmo tempo que eles oferecem informações mais rápidas, com mais dados e elementos do gênero, a confiabilidade das informações não é totalmente garantida, e ela se torna passível de manipulações com diversos interesses. Assim, nada impede que um civil que presenciou ou foi vítima de um crime faça uma denúncia verídica e acurada, ou um policial realize várias denúncias falsas apenas para fornecer uma sensação de insegurança dentro da sociedade, dado que a “violência está muito grande”. Esse é o elemento que será discutido na seção seguinte.

Silenciamento das Resistências: o caso Maré Vive

As forças de segurança brasileira possuem pouca base, para não dizer nenhuma, quanto aos direitos humanos e aos direitos de indivíduos quando se trata de ação dentro das favelas. As forças de segurança vivem em um ambiente de profunda tensão por diversos fatores, desde o baixo salário, a falta de equipamentos de proteção a vida do próprio policial e o treinamento ineficaz, dentre tantas outras gera um movimento de revolta, truculência e violência explícita que produz diversas violações de direitos humanos, torturas e assassinatos. E essas práticas têm um alvo em especial: o jovem negro, pobre, morador da favela.

As favelas e comunidades já possuíam suas próprias fontes de comunicação antes do boom da internet, como carros de som e pequenos jornais. Entretanto, esse caráter de maior atividade contemporânea dessas comunidades é fruto principalmente das redes sociais, que oferecem informação mais rápida, mesmo que muitas vezes sem muita precisão ou filtro. Um desses casos foi o movimento Maré Vive, composto por pessoas residentes do Complexo de Comunidades da Maré que, através das redes sociais, divulgavam estabelecimentos locais, promoviam campanhas de doação e promoviam denúncias de violações de direitos humanos e práticas de abuso em operações policiais.

Esse movimento era bem visto dentro da comunidade, sendo uma voz para as comunidades locais poderem divulgar o que elas faziam, assim como organizar protestos, marchas e manifestações, e divulgar as práticas policiais para a população e para a mídia tradicional. Entretanto, alguns militares resolveram combater essa prática, criando uma página com o mesmo nome, e produziam o mesmo tipo de publicação que a “original” promovia (KAYYALI, s.d.).

Quando a página falsa começou a conseguir mais atenção que a página original, as publicações mudaram. Em vez de propagandas sobre as vendedoras locais ou a divulgação de um evento na comunidade, eles passaram a divulgar nome e rostos de “traficantes locais”, assim como divulgar diversas notícias falsas (KAYYALI, s.d.). Isso trouxe uma insegurança profunda da população local, que deixou de ver aquela página como uma “aliada” e passa a vê-la como uma inimiga em potencial, pois muitas das fotos que eram divulgadas na página falsa não eram de pessoas envolvidas com o tráfico ou possuíam antecedentes criminais. Dessa forma, a página deixou de ter apoio popular (e seguidores) e o movimento foi forçado a ser desmobilizado, perdendo uma das suas principais fontes de denúncia dentro da comunidade, promovidos pelos próprios moradores.

Esse exemplo aponta de forma direta uma prática de silenciamento de movimentos da sociedade civil, já que ao perder seu apoio local eles não eram mais capazes de promover denúncias de violações. Sem ninguém para poder levar uma voz de oposição, que aponte os excessos e violações de direitos feitos dentro das favelas, aliado a todo um sistema político concentrado em um enfrentamento direto com o narcotráfico, com o grande apoio popular da população, que sente medo de sair de casa, e torce pela melhora das situações em relação à segurança, há a legitimação de uma prática securitizante de enfrentamento ao narcotráfico, tendo a favela como área de combate, vigilância e exceção.

Esse enfrentamento pode ser direito, como quando um batalhão de policiais militares é deslocado para intervir em uma favela, eles vão armados e prontos para o engajamento armado. Isso pode decorrer em prisões, mortes, invasões domiciliares, perseguição, dentre outras práticas que fazem parte do cotidiano militar, escalonando para práticas de violação do direito individual e dos direitos humanos. Isso retorna a discussão da securitização, dado que há a retirada da percepção política destas violações sob um argumento da necessidade de garantir a segurança pública e a estabilidade do Estado, ao mesmo tempo que a vigilância destes moradores de favelas é dita como aceita sobre esse mesmo modo, mesmo que os alvos não sejam os narcotraficantes.

Ao mesmo tempo, observa-se que há uma nova forma de enfrentamento que passa a ser realizado pela polícia, exército e outros atores de segurança. Essa forma de enfrentamento não envolve armas de fogo, mas envolve uma disputa de narrativas: enquanto o governador do Rio de Janeiro apoia a violência policial e defende “atirar na cabecinha de quem estiver armado” (VEJA, 2019), moradores denunciam as violações diárias produzidas por pessoas comuns, que veem seu

patrimônio ser destruído por aqueles que eram supostos para servir e proteger, que veem casos de tortura e assassinato, dentre outros diversos casos de violação de direitos humanos. Essas vozes possuem poucos canais oficiais, assessorias de imprensa, ou qualquer outro recurso além de sua voz. E quando essas vozes são silenciadas, a democracia de forma geral é ameaçada. A inexistência de questionamentos sobre uma questão permite que ela seja executada da forma que o Estado preferir, mesmo que viole diversos direitos humanos.

O legado dos megaeventos para a segurança pública: a intervenção federal de 2018

Após as olimpíadas de 2016, o Exército Brasileiro herdou grande parte das tecnologias investidas pelo governo federal. Tais materiais passaram a ser utilizados no cumprimento das funções primárias das forças armadas, como a proteção das fronteiras territoriais. Isso se manteve até o dia 16 de fevereiro de 2018, quando o então presidente Michel Temer decreta a implantação de uma intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro até o final do ano supracitado.

Essa intervenção tornou o General de Exército Walter Souza Braga Netto, que já havia atuado nos Jogos Olímpicos, como o principal responsável pela segurança pública do Estado (BRASIL, 2018). O objetivo dessa intervenção era “integrar, cooperar e recuperar a capacidade operativa dos órgãos de Segurança Pública e baixar os índices de criminalidade em todo o Estado do Rio de Janeiro” (IPEA, 2019). Dessa forma, a intervenção investiu fortemente nas capacidades de atuação dentro e fora dos quartéis ao longo de 2018: quase 900 viaturas foram entregues, diversas armas foram doadas, assim como coletes de proteção, capacetes, drones, computadores e outros equipamentos para o setor de investigação e inteligência foram distribuídos. Esses últimos foram utilizados inclusive durante as ações promovidas pelas Forças Armadas em comunidades.

Cabe reconhecer que o Exército já era mobilizado anteriormente para atuar na cidade do Rio de Janeiro, como ocorreu, por exemplo, nas missões de Garantia da Lei e da Ordem em 2017. Entretanto, tais missões são pontuais e possuem um período curto de duração, tendo ainda o controle das decisões por parte das lideranças do local onde a missão foi implantada e os militares possuem apenas função de polícia dentro da ação. Na intervenção federal, contudo, tal situação é diferente: o controle da questão determinada através do decreto torna-se inteiramente responsabilidade do interventor indicado, que responde apenas ao Presidente da República, podendo até utilizar-se dos recursos do Estado que recebe a intervenção sem o seu consentimento.

Dentro desse cenário de intervenção, é possível observar um conjunto de práticas de vigilância, em especial nos casos de operações militares em favelas. Nessas operações, os militares ocupavam os territórios durante um determinado horário, fechando as rotas de entrada e saída das favelas, permitindo o movimento apenas dos indivíduos que passassem pelo “cadastramento das Forças Armadas”. Montavam-se pontos de identificação nas saídas, onde os moradores eram fotografados com seus documentos de identificação e tais fotografias eram enviados para um setor de inteligência das forças de segurança, que avaliavam se o identificado possuía algum registro criminal (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Tais práticas tiveram uma redução significativa em sua realização por diversos fatores. Em primeiro lugar, o assassinato da vereadora Marielle Franco no início de março gerou uma forte pressão pela investigação do caso pelos interventores assim como a garantia de proteção aos defensores dos direitos humanos. Em segundo lugar, o general Braga Netto reconhece e evidencia os problemas institucionais que ele passava no momento, como a falta de verba para o início da formação de seu gabinete e para equipar as forças de segurança do Rio de Janeiro. Em terceiro, uma pressão da Defensoria Pública para desenvolver medidas que garantissem direitos importantes, como o sigilo das comunicações telefônicas e de dados, a inviolabilidade dos domicílios e o desenvolvimento de protocolos para as revistas e abordagens, buscando evitar que as práticas realizadas no início se repetissem.

Essa medida de fichamento de moradores, além de ser uma grave violação aos direitos básicos desses moradores, é uma prática de identificação apontada por Bigo (2009) como uma medida comum em regimes excepcionais. Ao mesmo tempo que o militar se torna responsável por permitir (ou não) o deslocamento de uma pessoa a partir do seu perfil, também há uma prática grande de vigilância desses indivíduos. Com a sua identidade, é possível rastrear e acompanhar aqueles que promovem práticas desviantes dos interesses dos militares, como uma violação de direitos humanos que afete diretamente outros moradores.

Nesse caso, o indivíduo a ser silenciado torna-se um alvo fácil fisicamente, a partir do momento que as forças de segurança já sabem quem essa pessoa é, a numeração de seu documento, assim como a sua filiação e outros dados que podem ser capturados. Assim, gera-se um efeito próximo de uma dissuasão: a partir do momento em que as forças de segurança possuem informações suficientes para causar danos físicos a um morador ou a um próximo dele, tal indivíduo não se sentirá seguro em denunciar violações. Isso abre espaço e oportunidade para que a polícia e as forças militares possam realizar suas práticas

de violência cotidiana nas favelas, sob um argumento de combate ao narcotráfico e a criminalidade, sem qualquer denúncia ou crítica.

Por essa razão, muito se fala sobre os resultados “positivos” da intervenção federal, tanto nos meios militares quanto nos meios civis, mas pouca atenção se dá aos impactos indiretos das ações do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro em 2018, como a construção desse conjunto de perfis de moradores de favelas, com fotos e documentos, nas mãos dos setores de inteligência da Polícia Militar. Um recurso desse tipo disponível facilmente para a Polícia permite aumentar as prisões realizadas, oferece um importante recurso de identificação daqueles que passam a denunciar ações violentas e violadoras de direitos por parte da polícia, estendendo o risco de retaliação do indivíduo para também seus parentes próximos.

Nesse sentido, é possível observar no caso do Maré Vive e nos fichamentos da Intervenção Federal, duas práticas de silenciamento de resistências. Na primeira, há uma ameaça indireta àqueles que resistem, dado que as forças de segurança passam a disputar narrativas dentro daquele mesmo ambiente, gerando incerteza na população sobre quem confiar em relação às denúncias e desconfiança por parte dos criminosos do local. Na segunda, há uma ameaça direta às resistências no sentido de as forças de segurança já disporem de diversas informações sobre aqueles que denunciam, tornando-os possíveis alvos de retaliação, assim como seus próximos. Isso, em última instância, gera insegurança e temor de alguma violência ser praticada contra aqueles que denunciarem violações de direitos humanos, como o caso da própria Marielle Franco.

“Quem vigia os vigilantes?”: A resposta da comunidade

Ao mesmo tempo que as forças de segurança desenvolvem e aplicam tais medidas de silenciamento a resistências contra aqueles que denunciam as violações praticadas pelos próprios vigilantes em favelas no Rio de Janeiro, os moradores dessas favelas continuam a atuar na luta por seus direitos. Nos últimos anos, diversas organizações da sociedade civil vêm trabalhando em conjunto com moradores de favelas a fim de representar tais indivíduos frente aos poderes políticos, demandando mudanças na forma de tratamento discriminatório promovido pelos agentes de segurança dentro das favelas, principalmente aquelas que atingem diretamente moradores negros, que são maioria dos moradores dessas comunidades. Nesse estudo, destacam-se duas iniciativas

criadas para realizar denúncias de violações desses direitos: o DefeZap e o NósPorNós.

O DefeZap é um serviço de denúncias de violência praticada pelo Estado na cidade do Rio de Janeiro. Ele foi criado pelo laboratório de ativismo Nossas, que atua no campo político buscando “fortalecer a potência das pessoas comuns e distribuir poder através de metodologia, tecnologia e oportunidades de ação” (DEFEZAP, s/d). Através de uma mensagem pelo mensageiro WhatsApp, qualquer pessoa tem capacidade de enviar denúncias de práticas de violência e violação de direitos cometidas pelos agentes públicos enquanto trabalham, incluindo policiais, guardas municipais e membros das forças armadas. A partir do momento que essa mensagem é enviada, as informações e evidências apresentadas pela denúncia, que tem seu anonimato garantido, passam por uma análise e apuração pelos colaboradores do serviço e, caso confirmadas, são enviadas para órgãos responsáveis. Além disso, o próprio DefeZap possui uma equipe de jornalistas e defensores dos direitos humanos que, a partir das informações das denúncias, produzem informações sobre práticas de violência de Estado na cidade do Rio de Janeiro, sempre com a garantia do anonimato (DEFEZAP, s.d.).

Cabe frisar que não é obrigatório se identificar para realizar uma denúncia para tal serviço. Caso seja de interesse do denunciante se apresentar como uma testemunha oficial ou acompanhar o progresso da denúncia efetuada, será solicitado a identificação dele, assim como outras possibilidades, como a oferta de assistência jurídica, obter mais testemunhas, ser entrevistado(a) pela imprensa ou testemunhar pessoalmente na delegacia. Cabe destacar, também, a diversidade de entidades presentes e atuantes na organização desse projeto. Professores, pesquisadores, defensores de direitos humanos, membros da sociedade civil, jornalistas, advogados, policiais e moradores de favelas compõem o corpo técnico do serviço e, em conjunto com uma grande rede de colaboradores, avaliavam a veracidade das denúncias, além de produzir relatórios e denúncias dessas violações (DEFEZAP, s.d.).

Segundo a sua última nota informativa, em janeiro de 2019, o DefeZap registrou 246 casos com provas de violência de Estado na cidade do Rio de Janeiro, além de oferecer suporte à 672 cidadãos que não sabiam as melhores formas de demandar a garantia de seus direitos individuais e coletivos. Além disso, o serviço foi referência para centenas de matérias na imprensa brasileira e internacional, forneceu dados sobre violações de direitos humanos por agentes públicos para acadêmicos e pesquisadores da sociedade civil organizada, e

formou centenas de moradores de favelas sobre de que forma atuar em situações de violência, buscando garantir a manutenção de seus direitos. Assim como abriu espaço para que moradores de favelas escrevessem sobre a sua realidade diária, e também apresentar suas perspectivas em relação aos desafios que o seu local enfrenta. Todas essas ações resultaram em um grande reconhecimento internacional pelo seu ativo trabalho no acesso à Justiça, como ter sido premiada pela Grassroots Justice Prize em fevereiro de 2018 e estar entre as 60 iniciativas importantes para a estabilização democrática listadas pela Fundação Rockefeller. Entretanto, devido a falta de verba para manter o projeto, o DefeZap foi desativado em janeiro de 2019 e aguarda investimentos para que possa retornar as suas atividades (DEFEZAP, 2019).

Por outro lado, o aplicativo NósPorNós é um programa para celulares criado pelo Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro em 2016. Nesse aplicativo, é possível gravar e fotografar casos de violação de direitos humanos e de violência policial dentro das favelas, garantindo o anonimato dos denunciantes, e enviando tais informações para o Fórum de Juventudes. Com o recebimento e avaliação desses dados por parte de membros do Fórum, essas informações são enviadas para os apoiadores de Direitos Humanos do Ministério Público e da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, que analisam as informações e prestam apoio ou agem em nome dos envolvidos no caso (RIO ON WATCH, 2016).

Tal aplicativo recebeu forte apoio dentro da sociedade civil. A ONG estadunidense Witness, que treina ativistas a documentar violações de direitos humanos, ofereceu aconselhamento aos jovens sobre a melhor forma de utilizar o aplicativo, assim como diversas organizações de direitos humanos, como a Anistia Internacional e a Justiça Global (com apoio da Fundação Ford) ofereceram apoio financeiro e técnico para a produção do aplicativo. Havia uma forte crença no sucesso do aplicativo quando inaugurado. Em entrevista, um morador do Morro da Providência afirmou que acreditava que eles já seriam um sucesso se fossem capazes de ajudar as famílias em casos de violações desses direitos (RIO ON WATCH, 2016a).

Nas primeiras semanas de funcionamento do NósPorNós, 500 pessoas baixaram o aplicativo e 40 casos de violência policial foram denunciados, incluindo homicídios, invasões de domicílio, violência de gênero, tortura e abuso de poder praticados pela Polícia Militar, a Guarda Municipal e o Exército Brasileiro. A maior parte das denúncias vinham da Zona Norte e da Zona Sul do Rio de Janeiro, e a expectativa era de expandir o funcionamento do aplicativo para outras cidades de São Paulo, Mato Grosso do Sul e do Ceará, assim como disponibilizá-lo para

usuários do iOS, sistema operacional da Apple (RIO ON WATCH, 2016b). Contudo, no momento de produção deste estudo, o aplicativo estava indisponível sem justificativa.

Cabe destacar que esses são apenas alguns mecanismos de denúncia que se utilizam de meios oficiais para reclamar seus direitos humanos e evitar possíveis violências praticadas pelos agentes de segurança. O mídiativismo é um fenômeno presente e ativo nas favelas durante um longo período, e de importância fundamental para apresentar as perspectivas dos moradores de favelas, a partir do uso de mídias novas e tradicionais, sobre sua vida cotidiana, divulgar comércios locais, rebater representações negativas do local onde vive, denunciar práticas de violência e mobilizar moradores para lutar por seus direitos (CUSTÓDIO, 2014).

Existem diversas formas de mídiativismo presentes dentro das favelas. Uma delas são as mídias comunitárias: diversas favelas possuem seus próprios jornais locais que se articulam para informar os moradores sobre as questões e problemas locais. Exemplos de jornais locais são o Fala Roça (Rocinha), o Voz das Comunidades (Complexo do Alemão) e o jornal O Cidadão (Maré), que promove debates e cursos de comunicação comunitária para compartilhar conhecimento aos moradores e mobilizar mais voluntários e novos jornalistas dentro das favelas (O CIDADÃO, s.d.).

Além disso, existem os coletivos, que são grupos pequenos de ativistas que se organizam sobre interesses comuns. Suas práticas vão além das reportagens escritas, utilizando-se de meios audiovisuais, organização de debates, manifestações e eventos culturais, atingindo os moradores de todas as faixas etárias. Um exemplo disso é o coletivo Favela em Foco, formado por fotógrafos oriundos de espaços populares, que buscam retratar o dia-a-dia das comunidades a partir das fotografias, apresentando suas expressões culturais, costumes religiosos, dentre outras práticas (FAVELA EM FOCO, s.d.).

Outro tipo é o caso das redes de apoio mútuo, que é composto por midiativistas de diversas favelas se reúnem para compartilhar conhecimento e informação, e organizar posicionamentos frente a questões comuns. Um exemplo dessas redes é o surgimento do portal RioOnWatch, criado em 2010 para trazer visibilidade as perspectivas das favelas durante os grandes eventos na cidade do Rio de Janeiro, em especial os Jogos Olímpicos, se posicionando contrário e resistente às medidas de remoção de várias comunidades, como a Vila Autódromo. Desde então, ele é uma importante fonte de informações sobre a visão das

comunidades frente a diversas questões, em especial quanto ao respeito aos direitos humanos e o combate à violência de Estado.

Tais redes são profundamente importantes para apresentar uma perspectiva alternativa sobre as favelas, em relação a apresentada pela mídia tradicional. Há uma postura da imprensa em geral em apresentar as favelas ou como espaços de populações vulneráveis dependentes de auxílio, ou de áreas que merecem uma intervenção profunda por serem vistas como local de criminalidade e tráfico de drogas. Tal midiativismo e o uso desses aplicativos são profundamente importantes para apresentarem uma visão diferente da tradicional, produzida e desenvolvida pelos próprios moradores, utilizando suas próprias linguagens verbais e não-verbais, se posicionando de forma contrária à essa dualidade vulneráveis-criminosos.

Conclusão

Essas situações ocorridas no movimento Maré Vive e no fichamento de moradores da favela durante a intervenção federal são exemplos de casos de movimentos, grupos e organizações da sociedade civil que vem sendo silenciados, perseguidos por influência dos governos. Tudo isso é passado para a população em geral como uma medida necessária para a solução da crise da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro e o combate ao crescimento do narcotráfico. Entretanto, como visto, o alvo dessas práticas indiretas não são os grupos paramilitares que comercializam drogas das mais variadas, mas sim indivíduos civis que não tem nada a ver com o conflito, mas se preocupam com ameaças a sua vida e a de outros inocentes.

Nesse sentido, tais medidas de silenciamento dos moradores favelados e das organizações da sociedade civil passam a se tornar um mecanismo político-militar para a construção de uma narrativa que defende que o narcotráfico é uma ameaça a estabilidade do Estado e, por isso, precisa ser totalmente exterminado, sem nenhuma abertura para questionamentos ou alternativas, tornando tal prática notadamente autoritária. Dessa forma, quando denúncias são feitas, principalmente pelos telejornais, elas são naturalizadas, como quando crianças que não conseguem fazer uma prova por ter começado um tiroteio perto da escola, a ponto da diretora ser obrigada a cancelar as aulas e demandar o fim dos conflitos para que as crianças pelo menos conseguissem voltar para casa em segurança (EXTRA, 2019).

Nesse contexto, as novas tecnologias de vigilância são utilizadas para silenciar esses grupos e movimentos a partir de um processo constante de vigilância e punição, de forma semelhante à proposta foucaultiana. Ao invés de uma estrutura física que permite observar todos ao mesmo tempo sem ser observado, as novas tecnologias oferecem um novo modelo de panóptico onde as informações e pessoas são totalmente transparentes e esses dados são disponibilizados para um grupo seletivo de pessoas, que muitas vezes consegue ainda se manter opacos quanto às suas próprias informações e seu uso. Dessa forma, esse grupo é capaz de ver aqueles que tentam resistir a tal sistema e a todas as suas desigualdades, e utilizam medidas determinadas para responder, como o uso da força, ou o uso da própria tecnologia, para silenciar e encerrar tais resistências.

É importante reconhecer também que, mesmo com todos esses esforços realizados visando o silenciamento dessas resistências, elas continuam presentes e ativas. A mobilização de programas e aplicativos para a prática das denúncias de violações de direitos humanos e práticas de violência contra moradores de favela, em especial pessoas negras, e o uso do ativismo em mídias alternativas são importantes ferramentas para apresentar posturas distintas em relação ao tradicional. A lógica de invisibilização dos indivíduos que sofrem com ameaças aos direitos humanos e de construção da favela como lugar de vulneráveis ou lugar de criminosos que demandam uma prática securitizante por parte do Estado é confrontada e recusada por parte dos moradores de comunidades, que apresentam que a favela é muito diferente daquilo apresentado nas grandes redes. Mesmo que as forças de segurança tentem silenciar as comunidades, elas resistem.

Por fim, é importante refletir sobre os possíveis impactos futuros desse tipo de prática utilizando as novas tecnologias, que vêm se tornando uma tendência cada vez maior, principalmente com os processos de digitalização das cidades (as chamadas *smart cities*) e a grande capacidade de processamento e armazenamento de dados de alguns instrumentos. Em primeiro lugar, quais são os impactos das políticas de silenciamento de resistências e de narrativas disruptivas para a sobrevivência dos regimes democráticos de direito? A partir do momento que apenas um determinado discurso, considerado dominante possui medidas e formas de silenciar outras histórias, o dissenso e a discussão política saudável, valores fundamentais para a consolidação da Democracia, são substituídos por um conjunto excludente de valores determinados pelas lideranças políticas.

Em segundo lugar, como as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e outros atores e indivíduos que buscam ter sua voz ouvida podem resistir não apenas as ameaças físicas, mas também essas novas ameaças, que são mais indiretas, pouco rastreáveis e que mobilizam mais a opinião pública do que a segurança? É necessário fazer as vozes que precisam ser ouvidas consigam ser compreendidas e incluídas no processo democrático de tomada de decisão para a garantia dos direitos fundamentais a tais indivíduos marginalizados.

Em terceiro lugar, como garantir que as informações que são fornecidas pelos aplicativos e páginas de Facebook são idôneas, verídicas e confirmadas? Nos últimos anos, uma das expressões mais utilizadas no cenário político foi “*fake News*”, e esse tipo de notícia falsa foi profundamente utilizada durante as eleições de 2018 e outras eleições ao redor do mundo. Observa-se também que essas notícias falsas também podem ser utilizadas como uma forma de retirar força e legitimidade de resistência de certos grupos sociais periféricos e subalternos. Como trazer credibilidade às informações em um tempo com tantas notícias falsas, que são disponibilizadas a cada segundo trazendo diferentes informações de diferentes fontes e perspectivas?

Em quarto lugar, como tornar as forças de segurança brasileira, em especial a PMERJ, em instituições de segurança que tenham como pauta a valoração dos Direitos Humanos e o respeito aos indivíduos, independente de sua residência e origem? Para uma instituição que tem como lema “servir e proteger”, as práticas realizadas pela política quase diariamente por todo o Rio de Janeiro, que violam direitos, demonstram autoritarismo e brutalidade contra pessoas inocentes. É necessário, além da observância das práticas de vigilância promovidas por tais atores, repensar o modelo de policiamento e de forças de segurança mobilizadas atualmente se torna fundamental para a garantia dos direitos básicos às populações marginalizadas, que se tornam o principal alvo destes atores.

Por fim, a questão do silenciamento de resistências na favela da Maré e o fichamento de moradores de comunidades durante a intervenção federal a partir de novas tecnologias como as redes sociais é uma tendência recente, e profundamente grave. Práticas como essa são uma marca grave na democracia brasileira, que busca promover o diálogo e a negociação política. Quando o diálogo é perdido e ações autoritárias são tomadas, a liberdade de opinião que é um dos fundamentos dos Direitos Humanos e da Democracia corre sérios riscos. É fundamental compreender como essas práticas de silenciamento estão sendo

realizadas, e de que forma os movimentos da sociedade civil e de resistência em geral estejam preparadas para lidar com tais práticas autoritárias.

Referências Bibliográficas

- BALZACQ, Thierry. A Theory of securitization: origins, core assumptions and variants. IN: _____. *Securitization Theory: How Security Problems Emerge and Dissolve*. Nova York: Routledge, 2011.
- BIGO, Didier. Security, Exception, Ban and Surveillance. IN: LYON, David. *Theorizing Surveillance: the panopticon and beyond*. Devon: Willan Publishing, 2009
- BRASIL. *Decreto Nº 9.288*. 16 de fevereiro de 2018.
- BUZAN, Barry; WEAVER, Ole. *Security: a New Framework for Analysis*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CUSTÓDIO, Leonardo. *Tipos de midiativismo de favela*. s/l: London School of Economics and Political Science, 2014. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/favelasatlse/2014/09/18/tipos-de-midiativismo-de-favela/>. Acesso em dez. 2019
- DEFEZAP. *Saiba Mais*. s/d. Disponível em: <http://www.saibamais.defezap.org.br/>. Acesso em dez. 2019
- ELECTRONIC FRONTIER FOUNDATION. Face Off: Law Enforcement Use of Face Recognition Technology. *EFF*, 2020. Disponível em: https://www.eff.org/files/2020/04/20/face-off-report-2020_1.pdf. Acesso em jul. 2020
- EXTRA. *Tiroteio obriga crianças a se jogarem no chão de escola para se proteger em Mangueiras*. Rio de Janeiro: 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/02/crianca-e-atingida-por-estilhaços-em-tiroteio-em-niteroi-no-rj.ghtml>. Acesso em jul. 2019
- FAVELA EM FOCO. *Quem Somos | Favela em Foco*. s. d. Disponível em: <https://favelaemfoco.wordpress.com/about/>. Acesso em dez. 2019
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Militares do Exército tiram foto e 'ficham' moradores*. 23 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/moradores-deixam-comunidades-apos-serem-fotografados-em-acao-do-exercito.shtml>. Acesso em nov. 2019
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- HAGGERTY, Kevin. Tear Down the Walls: on demolishing the panopticon. IN: LYON, David. *Theorizing Surveillance: the panopticon and beyond*. Devon: Willan Publishing, 2009.
- HYDE, Marina. How the arms race has become the Rio 2016 Olympics' biggest event. *The Guardian*, 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/sport/blog/2016/mar/30/rio-2016-olympic-security-personnel-arms-growth-industry>. Acesso em: jun. 2019

_____. World Cup 2014: at the Brazil finals a goggle-eyed man will be king. *The Guardian*, 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/football/blog/2014/may/28/world-cup-2014-brazil-security-measures>. Acesso em: jun. 2019

IPEA. *A Intervenção Federal no Rio de Janeiro e as Organizações da Sociedade Civil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8695-182358intervencaoefederalrio.pdf>. Acesso em nov. 2019

KAYYALI, Dia. Saí para caçar equipamentos de vigilância no Rio Olímpico. Chupa Dados, s.d. Disponível em: <https://chupadados.codingrights.org/sai-para-cacar-equipamentos-de-vigilancia-no-rio-olimpico/>. Acesso em jun. 2019

MARINO, L. F. O Tráfico de Drogas na Cidade do Rio de Janeiro. IN: 8º *Encontro de Geógrafos da América Latina*, 2001, p. 116-127. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomicas/Geografiacultural/02.pdf>. Acesso em jun. 2019

O CIDADÃO. Sobre - O Cidadão. S.d. Disponível em: <http://jornalocidadao.net/sobre/>. Acesso em dez. 2019.

OTT. “OTT-Brasil | Relatórios”. S.l.: 2019.

RIO ON WATCH. *Fórum de Juventudes Lança o Aplicativo “Nós por Nós” para Denunciar Violência Policial*. 2016a. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=18868>. Acesso em dez. 2019

_____. *Fórum Juventudes Apresenta Resultados do Aplicativo “Nós por Nós” que Denuncia Violência Policial*. 2016b. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=19266>. Acesso em dez. 2019

RODRIGUES, Gustavo. *Reconhecimento Facial na Segurança Pública: Controvérsias, riscos e regulamentação*. IRIS, 2019. Disponível em: <https://irisbh.com.br/reconhecimento-facial-na-seguranca-publica-controversias-riscos-e-regulamentacao/>. Acesso em jul. 2020

SOUZA, M. J. L. As drogas e a “questão urbana” no Brasil. A dinâmica socioespacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. IN: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

VEJA. *Wilson Witzel: A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo*. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/wilson-witzel-a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo/>. Acesso em jul. 2019